



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL
PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPOP/ES
(Instituído nos termos da Portaria nº 104-S, de 17 de novembro de 2021)

1 **ATA DA 14ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E**
2 **MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**
3 **(CIAMOPOP/ES).** Ao 28º (vigésimo oitavo) dia do mês de março de 2023 (dois mil e vinte e
4 trê s), às 14h15min (quatorze horas e quinze minutos), reuniram-se as representações dos órgãos,
5 instituições que compõe este CIAMOPOP/ES e convidada, elencados à baixo, na modalidade
6 “Presencial”, na ***Casa dos Direitos - Advogado Ewerton Montenegro Guimarães, Centro de Vitória,***
7 ***Edifício Portugal 16º andar - Avenida General Osório.*** **PRESENTES:** Sandra Mara Pereira - IJSN; Paulo
8 Henrique Santos Moraes – SESP; Rosimery Rosa Silva Ribeiro – SETADES; Rita de Cássia Dias Correa
9 Littig – SESA; Eliando Rosa dos Reis – SEDH; Andreia Lima de Cristo – MPES/ CACO; Bruno Donato dos
10 Santos – MNPSR; Tiago Luíz Bianco Pires Dias – DPES; Letícia Goldner Valim (*Representada por Zilane*
11 *F. Lima*) – COGEMASES; **VISITANTE:** Ramon Ribeiro - Coordenador do Centro de Referência
12 Especializado de Pessoas em Situação de Rua de Vitória - **CENTRO POP**, Evelyn Fernandes Moreira –
13 **SEMAS.** O Eliando inicia a **14ª Plenária Ordinária** saudando e agradecendo aos presentes, fala da
14 dificuldade de mobilização dessa política e demais pastas junto às Secretarias e Municípios, bem
15 como de uma maior integração entre os mesmos. Logo após dá início às apresentações individuais e
16 posteriormente inicia os pontos de pauta. **Ponto de pauta 1. Informes Gerais:** a Zilane fala do
17 Albergue Bom Samaritano em Vila Velha, que agora possui um espaço para atender um público maior,
18 24 horas por dia e frisa que ainda está em processo de aceitação pelos moradores da região. O Bruno
19 fala da problemática envolvendo a população em situação de rua em Vitória, na região de Jardim da
20 Penha, gerado por um ato político endossado pela comunidade, com uso da mídia, forças policiais e
21 guarda municipal. O Ramon fala da reportagem vinculada ao jornal, com tom higienista à população
22 em situação de rua, fomentando ações dos moradores quanto à manutenção da limpeza do local,
23 onde vive essa população. Paulo ressalta que sobre as atuações referentes a esse tipo de denúncia,
24 não são demandas da polícia militar e sim da guarda municipal. Ele ainda fala da recente reunião
25 realizada com o Conselho de Segurança dessa região e frisa a notável insatisfação dos moradores em
26 relação a presença da população em situação de rua, mas afirma que a polícia militar não compactua
27 com essa atitude. O Bruno explica que existem pedintes na entrada dos supermercados, que não
28 estão em situação de rua, mas são alvos de reclamação de importunação como se estivessem nessa
29 situação. O Eliando fala da participação deste Comitê, juntamente com os demais Comitês e
30 Conselhos Estaduais vinculados à Secretaria de Direitos Humanos, na oficina preparatória realizada
31 pela SESA, visando o levantamento de dez propostas para serem apresentadas na 10ª Conferência
32 Estadual de Saúde, que ainda não há previsão de data para a realização; momento este que dentre as
33 propostas levantadas e aprovadas, uma delas foi apresentada pelo CIAMOPOP. Ele ressalta que tal
34 proposta visa à priorização da população em situação de rua para as campanhas de saúde. A Andreia
35 cita a Palestra Patrulha Animal, ocorrida no dia 27 de março, promovida pelo Ministério Público do



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL
PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPOP/ES
(Instituído nos termos da Portaria nº 104-S, de 17 de novembro de 2021)

36 Espírito Santo, com a participação da Sociedade Protetora dos Animais, onde alguns participantes
37 afirmaram que a população em situação de rua comete vários crimes contra animais e por essa razão,
38 ela sugere uma pauta para tratativa deste pleno sobre o ocorrido, inclusive a abertura de espaço para
39 um debate desta Sociedade junto ao CIAMOPOP. O Bruno fala que sobre os maus tratos com os
40 animais, esse é um debate com toda a população e não somente com a que está em situação de rua,
41 haja vista que muitos que estão nessa situação, deixam de acessar os equipamentos do governo, por
42 não aceitarem abandonar os animais que encontram nas ruas, já que as normas não permitem o
43 acesso dos mesmos. O Eliando fala sobre as contribuições para a Nota de Repúdio referente às ações
44 higienistas cometidas contra a População em Situação de Rua em Jardim da Penha, visando às tratativas quanto à
45 problemática e o possível diálogo com a comunidade, abrindo espaço para a escuta ao contraditório. O Paulo fala sobre
46 o cuidado com o contexto nessas ações, para não correr o risco de imputar a responsabilidade a quem não é de direito.
47 Ele explica que as ações da polícia nos Municípios, são gerenciadas pelo Gabinete de Gestão Integrada do Estado –
48 GGIE, que é um Comitê que fiscaliza essas ações. Ressalta a importância em entender que a segurança pública não é
49 gerenciada apenas pela polícia e sim por vários atores da segurança, inclusive com o diálogo e trabalho conjunto das
50 prefeituras, por intermédio das respectivas guardas municipais. O Paulo sugere também, a solicitação de participação
51 deste Comitê, na reunião do GGIE, onde há o contato direto com o Secretário de Segurança Municipal, para trazer à luz
52 do conhecimento as ações da guarda municipal nestes espaços. Ele frisa que considerando que as reuniões são mensais
53 e que não são abertas por se tratar de momento de decisões das estratégias policiais, se for solicitado antecipadamente,
54 há a possibilidade de inclusão de outras pautas para discussão. Por isso sugere também o contato com a Secretária
55 Executiva do GGIE solicitando essa inclusão, bem como a autorização para a participação na reunião. A Sandra sugere
56 que para a demanda em discussão, ainda que tenha sua importância, faz-se necessária outra inclusão estratégica, haja
57 vista que essa questão já fora tema de outros debates nessa perspectiva com o GGIE e cita o levantamento de dados
58 sobre as denúncias de violações de direitos originadas pelas guardas municipais. O Ramon frisa que a preocupação é a
59 atual situação gerada pela comunidade de Jardim da Penha, envolvendo a população em situação de rua. Ele informa
60 que na primeira quinzena de abril, haverá o POP Itinerante, próximo a FUCAPE - Escola de Negócios, na Av. Fernando
61 Ferrari, Vitória e que se prolongará até a abertura do 2º Centro POP que acontecerá no segundo semestre na região
62 continental, exatamente para atender esse público que vive nessa região. O Paulo ressalta que a atuação das
63 equipes de segurança tem que visar o crime, que o Ministério Público e o GGIE estão fiscalizando as
64 ações das guardas municipais e da polícia militar. Ele enfatiza que a realidade é que dentre a população
65 em situação de rua, existem também aqueles que cometem crimes e isso merece investigação,
66 entretanto nada justifica essa ação higienista. O Tiago fala que o processo higienista vem acompanhado
67 pelo discurso de crimes ou realmente é o preconceito estrutural. Ele fala da necessidade de atuação
68 naquilo que é crime, mas frisa na necessidade de criar a narrativa da consciência dos direitos das
69 pessoas em situação de rua. A Sandra fala dos desafios que pairam nos quesitos das problemáticas em
70 torno da população em situação de rua, haja vista as narrativas que criminalizam e enraízam os discursos
71 de ódio sobre essa população. Ela sugere uma articulação deste Comitê com os atores que já atuam
72 nestes territórios, na busca de uma sinergia nas discussões em rede dos casos vivenciados, pela



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL
PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPOP/ES
(Instituído nos termos da Portaria nº 104-S, de 17 de novembro de 2021)

73 interface que já existe nesses espaços. Sugere também uma publicização da equipe da Comunicação
74 Governamental, fazendo uma narrativa contrária ao que vem sendo dito nas mídias, numa
75 perspectiva de solidariedade ou uma ação comunitária, ainda que seja anônima. O Ramon sugere um
76 diálogo com o Comitê Municipal, visando uma investigação sobre qual força de segurança tem dado
77 legitimidade às ações higienistas nestes territórios. A Sandra corrobora com as colocações do Ramon
78 e sugere um mapeamento dos atores que agem nesses territórios, sobre a lógica da discussão em
79 rede na busca da responsabilização das ações em detrimento da população em situação de rua. O
80 Tiago fala que havendo essa investigação das ações, poderá ser oficiada à Instituição junto às
81 Corregedorias para as tratativas dos atos. A Sandra sugere a criação de um perfil do CIAMOPOP-ES em
82 rede social e o Eliando deixa como encaminhamento, sobre o perfil e demais pautas de mídia, que
83 fará a articulação junto à equipe de Assessoria da Comunicação da SEDH para verificação dos
84 trâmites. O Secretário Executivo sugere a utilização de “Podcast” para a Temática População em
85 Situação de Rua, com a participação de representação da Sociedade Civil e Poder Público do
86 CIAMOPOP-ES e fica de buscar essa articulação. **Ponto de pauta 2. Aprovação da Ata de Janeiro:** A
87 Ata foi encaminhada antecipadamente via e-mail ao pleno para ser lida, feito algum ajuste ou
88 apontamento caso fosse necessário e é aprovada na corrente Plenária. **Ponto de pauta 3. Retorno da**
89 **Comissão:** O Eliando fala da Comissão que fora deliberada pelo Pleno, composto também por Tiago,
90 Rita, Fernanda e Lucileia, para as tratativas do Termo de Adesão visando à implantação da Política
91 Estadual para a População em Situação de Rua e ressalta a criação de um anexo à minuta deste
92 Termo, com prazos de execução; informa ainda, as últimas contribuições feitas pelo Tiago. **Ponto de**
93 **pauta 4. Ofício CIAMOPOP/ES à SEDH:** o Eliando fala sobre os diversos debates feitos e a necessidade
94 de avanço deste Comitê junto à Secretaria Estadual de Direitos Humanos. Frisa que poderá ser feito
95 via ofício com as demandas ou solicitação de agenda com a Secretária para essa tratativa, visando
96 estrutura e orçamento. A Andreia cita que o MP já havia solicitado estrutura à SEDH, inclusive com
97 secretaria executiva exclusiva para atendimento às demandas com os municípios, na perspectiva da
98 política estadual para pessoas em situação de rua, o que atualmente fica inviabilizado pelo não
99 atendimento dessa solicitação. O Tiago ressalta a necessidade de elencar todos os pontos que estão
100 sendo discutidos pelo pleno, para compor o ofício que será encaminhado. Ele sugere que seja
101 oficiado o MP, Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Defensoria Pública. O Bruno sugere que seja
102 feito o planejamento deste Comitê com foco nesta solicitação, visando às necessidades para
103 andamento das demandas pré-existentes e as demais. **Ponto de pauta 5. Retorno do GT**
104 **Metropolitano:** A Andreia informa que para incentivar as ações com as pautas voltadas para tratativas
105 com a população em situação de rua, foi criado um grupo de trabalho interno composto pelas
106 Secretarias Estaduais, onde eram reportados os trabalhos feitos pelas equipes técnicas, com o intuito
107 de padronizar a atuação dos municípios na região metropolitana, surgindo assim um protocolo que



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL
PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPOP/ES
(Instituído nos termos da Portaria nº 104-S, de 17 de novembro de 2021)

108 era então assinado pelos participantes e um calendário de reuniões. Ela frisa que já houve a reunião
109 inaugural onde foram elencadas algumas questões, tanto de demandas comuns, quanto de
110 particularidades dos municípios. A Rosimery fala sobre as tratativas com imigrantes nos municípios,
111 considerando que há espaços que só atendem à população em situação de rua. O Eliando fala da
112 importância das ações desse GT na sinergia e tratativas dessas demandas, na perspectiva de suas
113 vivências por meios de suas referências municipais. A Rosimery pergunta, se o CIAMOPOP está
114 integrado às Secretarias Estaduais porque existe demanda separada para a Secretaria de Assistência e
115 a Andreia responde que antes de ser criado este Comitê e considerando que é a Assistência que tem a
116 estrutura, foi através desta Secretaria que chegaram as demandas que deram origem aos pactos e
117 demais acordos. Ela frisa que ainda que o meio de entrada seja a assistência, os desdobramentos são
118 nas Secretarias e posteriormente são apresentados os resultados ao CIAMOPOP. O Bruno frisa que o
119 GT também teve sua importância na qualificação das políticas existentes, pois no âmbito da
120 assistência essa sinergia revelava os municípios que estavam avançando; o debate também revelava
121 outras políticas mediante a transição dos temas e ainda dependendo da problemática, havia o debate
122 com as Secretarias, mas com diálogo junto à assistência. A Rosimery frisa que direcionar as demandas
123 para a Secretaria de Assistência, ainda que sejam debates do GT com acompanhamento das demais
124 Secretarias, é um retrocesso do processo. O Tiago sugere que em relação pacto meta, no anexo seja
125 incluído as metas de cada município, a partir do que já foi atingido e corrobora com a Rosimery no
126 tocante ao retrocesso em concentrar as demandas. Ele fala que é necessário buscar outras estratégias
127 e cita que o Comitê sendo o ponto focal, poderá elencar as demandas e cobrar as tratativas a quem
128 tem essa competência. O Ramon ressalta que a violação institucional, a sobrecarga de demandas em
129 determinados municípios, ficando sob a coordenação da SETADES, teria o intuito de estabelecer
130 fluxos e protocolos dentro da rede assistencial para munícipes e imigrantes da região metropolitana,
131 não Intersetorial. A Rosimery frisa que desconcentrando os debates e criando outros grupos, pode
132 haver esvaziamento dos espaços, considerando as afinidades das demandas de cada grupo e que pela
133 sua vivência, com o surgimento desses novos grupos cada qual com sua política correspondente,
134 surgem também à problemática da dificuldade de reunião Intersetorial. A Sandra fala da diferença do
135 cenário que existe hoje, se comparado antes de existir a **Lei nº 11.248, de 7 de abril de 2021**, que
136 institui a Política Estadual para a População em Situação de Rua do Espírito Santo (POLEPOP_ES) e a
137 instância atual; entretanto frisa que tal instância, aparentemente não cobre a demanda que era do GT
138 com discussão a nível de equipe técnica. Ressalta a importância de entendimento no que tange a
139 funcionalidade de cada espaço, considerando que a discussão nesse Comitê é macro, com o
140 envolvimento de todo o Estado, algo que não pode ser alterado pela discussão de técnicos, que
141 perpassa para outro nível de organização, sobretudo na discussão dos casos e demandas do
142 cotidiano. Ela fala que talvez não haja necessidade de reunião com participação de todos os técnicos



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL
PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPOP/ES
(Instituído nos termos da Portaria nº 104-S, de 17 de novembro de 2021)

143 estaduais e sugere instâncias de debates nesses espaços com articulações e participações dos
144 diferentes técnicos, com inclusão de outras Secretarias, no entanto com proposições deste Comitê. A
145 Sandra frisa também, que não seria o espaço da Assistência, embora tenha maior contribuição pela
146 parte técnica e ressalta que o que fora debatido nas instâncias microrregionais, corresponderá pelas
147 microdecisões do cotidiano, ao mesmo tempo em que alimentará demandas para o CIAMOPOP_ES. O
148 Ramon enfatiza que este Comitê não pode ter a competência para estabelecer GTs relacionados às
149 questões da assistência; entendendo que questões técnicas e específicas são de sua competência, por
150 isso há a necessidade de criar GTs específicos com a participação das outras Secretarias, cada qual em
151 sua temática e também com a participação dos Municípios, na perspectiva do aprimoramento dos
152 protocolos e fluxos. O Tiago corrobora com a criação do GT que discuta protocolos e fluxos, desde
153 que o mesmo consiga trazer ao colegiado os principais pontos que serão utilizados na interlocução ou
154 a discussão, funcionando como canais de “abastecimento” deste Comitê. O Eliando afirma que com a
155 atual estrutura organizacional do CIAMOPOP_ES, é inviável que o mesmo coordene um GT; frisa
156 ainda, que seria de grande contribuição se fosse iniciada a discussão, para que a população em
157 situação de rua foi considerada por déficit habitacional. A Sandra ressalta e corrobora com a criação
158 urgente dos GTs de revisão dos fluxos a partir do documento já existente, um de Habitação
159 provocando as pastas entre Municípios e Estado, nas tratativas dessa questão, um GT de Saúde e
160 outro de Segurança Pública. No entanto, há o consenso do pleno que na atual estrutura
161 organizacional deste Comitê, é impossível que tais demandas sejam de sua competência. Ela sugere
162 que seja feito um plano de trabalho anual escalonado bimestralmente, prevendo uma discussão
163 ampla de cada temática com seus devidos técnicos e nesses momentos sejam feitos a instituição dos
164 GTs. O Ramon sugere que seja instituído GT com prazo de finalização e iniciação sucessiva do próximo
165 GT, criando fluxos e protocolos a partir das discussões preestabelecidas. Sendo assim fica como
166 proposta, o plano de trabalho de forma escalonado, realizando GTs por área, iniciando com o GT de
167 Habitação com a participação de técnicos e representantes da pasta, sucessivamente será iniciado o
168 GT de Saúde com ênfase na saúde mental, posteriormente será o GT da Segurança Pública e
169 finalizado com o GT da Assistência para que seja feita a revisão dos fluxos. A Sandra fala da
170 participação técnica na discussão do GT de Habitação, na tratativa da política da população em
171 situação de rua a nível federal e posteriormente a participação técnica do Estado e do Município de
172 Vitória, no tocante ao que já foi e o que será realizado sobre essa demanda. **Ponto de pauta 6.**
173 Articulação junto aos Conselhos Estaduais de Direitos: O Eliando explica que essa pauta surgiu na
174 discussão da Mesa Diretora, na perspectiva de tratativas das temáticas que envolvem os Conselhos
175 Estaduais e perpassam simultaneamente na população em situação de rua. Ele frisa que o intuito é
176 estender o diálogo das demandas desse público aos Conselhos, quando necessário; fala também que
177 será feito o convite aos mesmos a esse respeito. O Pleno aceita a sugestão por unanimidade. **Ponto**



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL
PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPOP/ES
(Instituído nos termos da Portaria nº 104-S, de 17 de novembro de 2021)

178 **de pauta 7. Seminário PSR em Agosto – Dia de Luta:** O Eliando sugere que o CIAMOPOP organize este
179 seminário e informa que sendo possível, solicitará a execução do edital de boas práticas
180 reconhecendo as iniciativas de pessoas físicas e jurídicas, nos trabalhos em favor da população em
181 situação de rua. **Ponto de pauta 8. Vale Transporte para Conselheiros da Sociedade Civil:** O
182 Secretário Executivo explica sobre os trâmites para acesso ao benefício de uso de vale transporte para
183 as agendas desde Comitê e fica de reencaminhar o link para levantamento de dados. Nada mais
184 havendo a tratar, o Eliando agradece aos participantes e encerra a reunião às 16h58 minutos. Eu,
185 Vanderley Ramalhete Tongo, lavrei a ata.

186
187 Vitória/ES, 28 de março de 2023.

188
189 **Vanderley Ramalhete Tongo**
190 Secretário Executivo